

Município de Jaguarão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2016

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017			R\$ 1,00
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	
Receita Total	98.776.965	91.460.152	0,027%	80.517.277	70.333.051	0,021%	81.042.811	66.785.012	0,020%	
Receitas Primárias (I)	83.473.767	77.290.525	0,023%	69.683.960	60.869.986	0,018%	74.806.494	61.645.846	0,018%	
Despesa Total	98.776.965	91.460.152	0,027%	80.517.277	70.333.051	0,021%	81.042.811	66.785.012	0,020%	
Despesas Primárias (II)	98.419.295	91.128.977	0,027%	79.537.533	69.477.230	0,021%	79.651.695	65.638.634	0,019%	
Resultado Primário (I - II)	(14.945.529)	(13.838.452)	-0,004%	(9.853.573)	(8.607.244)	-0,003%	(4.845.200)	(3.992.788)	-0,001%	
Resultado Nominal	10.521.165	9.741.820	0,003%	2.348.070	2.051.075	0,001%	(2.361.042)	(1.945.666)	-0,001%	
Dívida Pública Consolidada	11.335.229	10.495.583	0,003%	15.305.485	13.369.571	0,004%	13.914.369	11.466.425	0,003%	
Dívida Consolidada Líquida	(2.038.195)	(1.887.218)	-0,001%	1.131.023	987.966	0,000%	(359.602)	(296.338)	0,000%	

Fonte:

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias** correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias** correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário** corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal** representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada** é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL** - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

Município de Jaguarão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2016

ESPECIFICAÇÃO	2015				2016				2017				R\$ 1,00 (c / PIB) x 100
	Valor		% PIB (a / PIB) x 100	Valor		% PIB (b / PIB) x 100	Valor		% PIB (c / PIB) x 100	Valor		% PIB (c / PIB) x 100	
	Corrente (a)	Constante		Corrente (b)	Constante		Corrente (c)	Constante		Corrente (c)	Constante		
Receita Total RPPS	9.348.416	8.655.941	0,003%	9.960.714	8.700.834	0,003%	10.640.726	8.768.712	0,003%				
Receitas Primárias RPPS (I)	4.848.416	4.489.274	0,001%	5.190.714	4.534.167	0,001%	5.584.526	4.602.045	0,001%				
Despesa Total RPPS	9.348.416	8.655.941	0,003%	9.960.714	8.700.834	0,003%	10.640.726	8.768.712	0,003%				
Despesas Primárias RPPS (II)	9.348.416	8.655.941	0,003%	9.960.714	8.700.834	0,003%	10.640.726	8.768.712	0,003%				
Resultado Primário RPPS (I - II)	(4.500.000)	(4.166.667)	-0,001%	(4.770.000)	(4.166.667)	-0,001%	(5.056.200)	(4.166.667)	-0,001%				

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento a avaliação do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Jaguarão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO III - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2016

ESPECIFICAÇÃO	2015				2016				2017		R\$ 1,00
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100		
	Receita Total	89.428.548	82.804.212	0,025%	70.556.562	61.632.217	0,018%	70.402.084	58.016.300	0,017%	
Receitas Primárias (I)	78.625.350	72.801.250	0,022%	64.493.245	56.335.819	0,017%	69.221.968	57.043.801	0,017%		
Despesa Total	89.428.548	82.804.212	0,025%	70.556.562	61.632.217	0,018%	70.402.084	58.016.300	0,017%		
Despesas Primárias (II)	89.070.879	82.473.036	0,025%	69.576.818	60.776.396	0,018%	69.010.968	56.869.922	0,017%		
Resultado Primário (I - II)	#####	(9.671.786)	-0,003%	(5.083.573)	(4.440.578)	-0,001%	211.000	173.879	0,000%		

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Exceções às receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de Jaguarão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação		R\$ 1,00 (c/a) x 100
					%		
					Valor (c) = (b-a)	%	
Receita Total	74.864.269	0,023%	60.909.076	0,018%	(13.955.193)	-18,64%	
Receita Primárias (I)	74.859.269	0,023%	56.086.855	0,017%	(18.772.414)	-25,08%	
Despesa Total	74.864.269	0,023%	52.651.165	0,016%	(22.213.104)	-29,67%	
Despesa Primárias (II)	74.864.269	0,023%	52.523.598	0,016%	(22.340.670)	-29,84%	
Resultado Primário (I-II)	(5.000)	0,000%	3.563.256	0,001%	3.568.256	-71365,13%	
Resultado Nominal	(7.147.863)	-0,002%	(14.821.119)	-0,004%	(7.673.256)	107,35%	
Dívida Pública Consolidada	7.480.938	0,002%	619.863	0,000%	(6.861.075)	-91,71%	
Dívida Consolidada Líquida	(2.643.373)	-0,001%	(13.256.071)	-0,004%	(10.612.698)	401,48%	

FONTE:

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2015), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2014 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 3.563.256,00.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 56.086.855,00, frustrando em R\$ 18.722.414,00 a projeção para o período de R\$ 74.859.269,00. Não obstante a sua redução, corresponderam a 25,08% do total das receitas primárias não comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2014, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 2.643.373,00. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro de 2014, em R\$ 13.256.071,00 que, comparado com o montante apurado ao final de 2014, apresenta um resultado nominal de R\$ 14.821.119,00, que ficou acima da previsão inicial.

Município de Jaguarão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	46.770.482	74.864.269	60,07%	80.789.572	7,91%	98.776.965	22,26%	80.517.277	-18,49%	81.042.811	0,65%
Receitas Primárias (I)	44.913.174	74.859.269	66,58%	75.504.081	0,86%	83.473.767	10,56%	69.683.960	-16,52%	74.806.494	7,35%
Despesa Total	46.770.482	74.864.269	60,07%	80.789.572	7,91%	98.776.965	22,26%	80.517.277	-18,49%	81.042.811	0,65%
Despesas Primárias (II)	46.770.482	74.864.269	60,07%	80.541.090	7,58%	98.419.295	22,20%	79.537.533	-19,19%	79.651.695	0,14%
Resultado Primário (I - II)	(1.857.308)	(5.000)	-99,73%	(5.037.008)	100,640,17%	(14.945.529)	196,71%	(9.853.573)	-34,07%	(4.845.200)	-50,83%
Resultado Nominal	-	(14.821.119)	0	(1.259.987)	-91,50%	10.521.165	-935,02%	2.348.070	-77,68%	(2.361.042)	-200,55%
Dívida Pública Consolidada	1.905.151	619.863	-67,46%	1.940.000	212,97%	11.335.229	484,29%	15.305.485	35,03%	13.914.369	-9,09%
Dívida Consolidada Líquida	(3.275.233)	(3.471.747)	6,00%	2.498.226	-171,96%	(2.038.195)	-181,59%	1.131.023	-155,49%	(359.602)	-131,79%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	54.366.127	81.834.132	50,52%	80.789.572	-1,28%	91.460.152	13,21%	70.333.051	-23,10%	66.785.012	-5,04%
Receitas Primárias (I)	52.207.188	81.828.667	56,74%	75.504.081	-7,73%	77.290.525	2,37%	60.869.986	-21,25%	61.645.846	1,27%
Despesa Total	54.366.127	81.834.132	50,52%	80.789.572	-1,28%	91.460.152	13,21%	70.333.051	-23,10%	66.785.012	-5,04%
Despesas Primárias (II)	54.366.127	81.834.132	50,52%	80.541.090	-1,58%	91.128.977	13,15%	69.477.230	-23,76%	65.638.634	-5,52%
Resultado Primário (I - II)	(2.158.940)	(5.466)	-99,75%	(5.037.008)	92060,06%	(13.838.452)	174,74%	(8.607.244)	-37,80%	(3.992.788)	-53,61%
Resultado Nominal	-	(16.200.966)	-	(1.259.987)	-92,22%	9.741.820	-873,17%	2.051.075	-78,95%	(1.945.666)	-194,86%
Dívida Pública Consolidada	2.214.553	677.572	-69,40%	1.940.000	186,32%	10.495.583	441,01%	13.369.571	27,38%	11.466.425	-14,23%
Dívida Consolidada Líquida	(3.807.139)	(3.794.966)	-0,32%	2.498.226	-165,83%	(1.887.218)	-175,54%	987.966	-152,35%	(296.338)	-129,99%

Este demonstrativo tem o objetivo de avaliar as metas previstas para o exercício de 2016, em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2013, 2014 e 2015) bem como para os dois seguintes (2017 e 2018), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo desta forma a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos das respectivas Leis de Orçamento. Os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais. Já em relação às previsões para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores, a metodologia e as premissas utilizadas são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de Jaguarão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2013	%	2014	%
Patrimônio/Capital	6.965.898,13	100,00%	17.730.964,55	100,00%	2.929.105,91	9,10%
Reservas		0,00%		0,00%	944.461,60	2,93%
Resultado Acumulado		0,00%		0,00%	28.313.704,76	87,97%
TOTAL	6.965.898,13	100,00%	17.730.964,55	100,00%	32.187.272,27	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2013	%	2014	%
Patrimônio/Capital	23.117.624,23	100,00%	26.281.006,31	100,00%	23.203.395,71	46,64%
Reservas		0,00%		0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado		0,00%		0,00%	26.545.632,98	53,36%
TOTAL	23.117.624,23	100,00%	26.281.006,31	100,00%	49.749.028,69	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2013	%	2014	%
Patrimônio/Capital	30.083.522,36	100,00%	44.011.970,86	100,00%	26.132.501,62	31,89%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	944.461,60	1,15%
Resultado Acumulado	-	0,00%	-	0,00%	54.859.337,74	66,95%
TOTAL	30.083.522,36	100,00%	44.011.970,86	100,00%	81.936.300,96	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Ativo Real Líquido", quando o resultado é superavitário e "Passivo Real a Descoberto", quando o resultado apresenta-se deficitário.

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 4,257 está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria, Auxílio Doença e Pensão, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2012 a 2014, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 30.083.522,36 em 31.12.2012 para R\$ 81.936.300,96 em 31.12.2014.

Município de Jaguarão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO III - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012	2013	2014
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2012			
RECEITAS DE CAPITAL	6.111,94	1.279,47	152.720,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	6.111,94	1.279,47	152.720,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis	6.111,94	1.279,47	152.720,00
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens			
TOTAL	6.111,94	1.279,47	152.720,00

DESPESAS EXECUTADAS	2012	2013	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	152.720,00
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras			152.720,00
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	-	152.720,00
SALDO FINANCEIRO			
	7.391,41	1.279,47	-

FONTE:

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Jaguarão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO III - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU	Desconto		269.264,38	285.420,24	302.545,46	Vide Obsevação abaixo
			-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
TOTAL			269.264,38	285.420,24	302.545,46	-

FONTE:

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2017 e 2018, foram calculados a partir dos valores de 2016, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2016: 6,00%
 Inflação para 2017: 6,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13 e 53 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2016, a estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais. Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Assim, não se faz necessária a demonstração de outras medidas de compensação.

Município de Jaguarão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	3.153.769,86
Decorrente de Receitas Tributárias	1.380.396,81
Decorrente de Transferências Correntes	1.773.373,05
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(73.902,83)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.079.867,03
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.079.867,03
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	134.252,84
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	-
Relativas a Outras Despesas Correntes	134.252,84
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.945.614,19

FONTE:

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Nesse sentido, o aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art 17 da LRF).

Assim, a presente estimativa considerou como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os possíveis efeitos dos esforços do Município na implementação de medidas para o incremento das receitas próprias.

Desse modo, para estimar o aumento de receita, considerou-se o provável incremento resultante da variação real do Produto Interno Bruto – PIB, estimado em XXX% para o período em pauta, o esforço na arrecadação tributária e o crescimento real das receitas transferidas nos índices evidenciados na Tabela 01.

Como aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2016, foi considerado a correção real dos vencimentos dos servidores públicos municipais, e os efeitos do crescimento vegetativo da folha salarial, bem como o resultado do incremento nas demais despesas de custeio decorrentes do aumento da atividade governamental.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado em 2016, observado o disposto no art. 17 da LDO.